

Continuidade da reunião de Cartagena

Num seminário promovido recentemente em São Paulo, o economista norte-americano Norman Bailey, republicano e consultor da Casa Branca, encarceu a necessidade de se manterem coesos os países latino-americanos e, dentro do espírito de Cartagena, continuarem exercendo pressão sobre os governos dos bancos credores, para que se encontre solução para os problemas de sua dívida externa. Manifestou ele, para surpresa do auditório, esperança em que a reunião de Cartagena tenha continuidade.

A reunião de Mar del Plata, que se encerrou na semana passada, na qual, durante dois dias, representantes dos governos de 11 países latino-americanos reiteraram seu propósito de cooperação, deve ser interpretada como a continuidade e o fortalecimento do "espírito de Cartagena". Não há dúvida de que se poderia interpretar a reunião de Cartagena como um episódio sem conseqüências, destinado apenas a apaziguar as nações mais turbulentas do Continente, ou melhor, como uma iniciativa destinada somente a evitar que algumas dessas nações organizassem um cartel dos devedores, que teria despertado o entusiasmo da população de países como o México e o Brasil, cujos governos não aprovariam uma prova de força.

Ainda que, na reunião de Cartagena, o Brasil e, especialmente, o México tenham repellido qualquer intento de se medirem forças com os países credores e de se constituir um cartel dos devedores, agora estão provando que a cooperação entre os países da América Latina continua a fortalecer-se.

Era necessário, porém, que as decisões tomadas em Cartagena fossem endossadas em Mar del Plata. Embora na conferência

realizada na Argentina tenham sido feitas algumas sugestões no sentido de se seguir uma política mais agressiva, foi fácil reafirmar ali os compromissos assumidos na conferência da Colômbia: evitar qualquer confronto, manter diálogo. Não se abandonou o propósito de preservar a cooperação entre os países devedores da América Latina. Não quer isto dizer, entretanto, que se pretenda ignorar as peculiaridades de cada país devedor e tirar-lhes o direito de resolver seus problemas diretamente com os países credores, da maneira que mais lhes convenha. A conferência de Mar del Plata apoiou, pois, uma atitude múltipla, segundo a qual cada país tem liberdade de conduzir sua própria política, sem todavia deixar de inserir-se numa ação conjunta, destinada a ampliar e dar uma notação política a um problema que não pode ser resolvido no plano puramente econômico.

Quanto a este aspecto, uma decisão importante foi tomada na reunião de Mar del Plata: propor aos governos dos principais países credores que se reúnam com os países devedores da América Latina para melhor examinar os problemas pendentes e refletir juntos sobre as soluções que permitiriam atenuar o ônus que representa o serviço da dívida externa.

Convém lembrar que a maior parcela da dívida externa da América Latina corresponde a empréstimos de bancos privados. Os governos dos países em que se localizam as sedes desses bancos reconhecem que não se pode exigir dos países devedores sacrifícios excessivos, que ameacem o equilíbrio político das nações latino-americanas. Concordam em que é necessário encontrar soluções heterodoxas, como, por exemplo, a fixação de limite para os

juros e um sistema de capitalização parcial ou total dos juros. Os bancos não se opõem, em princípio, a estas sugestões, mas consideram indispensável a obtenção de apoio oficial para tais medidas, algumas das quais (como, por exemplo, a capitalização dos juros nos Estados Unidos) se chocam com a lei. Podemos estar certos de que, sem uma decisão política, não se chegará à solução do problema da dívida do Terceiro Mundo.

Os participantes da reunião de Mar del Plata tiveram o cuidado de deixar ampla margem de liberdade para o acerto da reunião com os governos dos países credores: o primeiro semestre de 1985, isto é, após as eleições nos Estados Unidos e no Brasil.

Os participantes da conferência estão a par das manifestações — anteriores ao comunicado final da reunião de Mar del Plata — de membros dos governos norte-americano e inglês que, sendo contrários à reunião de cúpula, preferem conversações bilaterais. Não obstante, os países latino-americanos não renunciam a seu projeto de uma reunião conjunta e entendem que em alguns meses poderão convencer os países que lhe são contrários, aliás os mais importantes: os Estados Unidos, que são responsáveis pela evolução da taxa de juros e os maiores credores, e o Reino Unido, centro principal do mercado das euromoedas. A próxima solução da diferença entre o governo de Buenos Aires e o FMI, a evolução favorável das negociações com o México e o Brasil e a adoção de uma atitude conciliatória por parte dos países latino-americanos deverão criar clima mais favorável para convencer o governo de Washington de que não se deve fugir de um encontro político que visa, antes de tudo, a um esforço de reflexão.